

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas:  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.  
Rio de Janeiro, 16 de março de 2011.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais**

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	9	2.000	Dividendos a pagar	783	896
	9	2.000		783	896
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Partes relacionadas (Nota 4)	52.414	94.444
Partes relacionadas (Nota 4)	53.890	91.460		52.414	94.444
	53.890	91.460	Patrimônio líquido (Nota 6)		
Investimentos	16.203	4.570	Capital social	2.001	1
	16.203	4.570	Ajuste de avaliação patrimonial	(314)	
	70.093	96.030	Reservas de lucros	15.218	2.689
	70.093	96.030		16.905	2.690
<b>Total do ativo</b>	<b>70.102</b>	<b>98.030</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>70.102</b>	<b>98.030</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Realização de investimentos (estatutária)	Reserva de futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial		
<b>Em 22 de maio de 2009 (data de constituição da Companhia)</b>	1					3.585	3.585
Lucro líquido do exercício - R\$ 1,792 por ação do capital social							
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reservas (Nota 6 (c))				2.689		(2.689)	
Dividendos propostos - R\$ 0,45 por ação do capital social (Nota 6 (b))						(896)	(896)
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	1			2.689		2.690	2.690
Lucro líquido do exercício - R\$ 8,282 por ação do capital social						16.572	16.572
Aumento de capital	2.000					(314)	1.686
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 5 (ii))							
Apropriações do lucro:							
Constituição de reservas		400	1.601	10.528		(12.529)	0
Dividendos propostos - R\$ 2,02 por ação do capital social (Nota 6 (b))						(4.043)	(4.043)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.001</b>	<b>400</b>	<b>1.601</b>	<b>13.217</b>	<b>(314)</b>	<b>0</b>	<b>16.905</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afonso Celso Florentino de Oliveira - Contador - CRC MG 071304/O-7 S-RJ - CPF: 874.220.506-91

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 Contexto operacional**

Constituída em 22 de maio de 2009 sob a razão social Codepa – Companhia de Desenvolvimento e Participações S.A. (“Companhia” ou “Codepa”), possui sua sede social na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social participar, por qualquer forma, em outras sociedades, no Brasil ou no Exterior.

**2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo se indicado de forma diferente.

**2.1 Base de preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 16 de março de 2011.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Organização.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. O processo de adoção dos CPCs pela primeira vez está descrito na Nota 7.

**2.2 Conversão de moeda estrangeira**

**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

**(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

**(c) Investidas da Companhia**

Os resultados e a posição financeira de todas as investidas da Companhia, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos períodos.
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado, como parte de ganho ou perda resultante da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

**2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

**2.4 Ativos financeiros**

**2.4.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**(a) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**2.5 Investimentos em sociedades coligadas**

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

**2.6 Regime Tributário de Transição**

O Regime Tributário de Transição (“RTT”) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia optou pela adoção do RTT no biênio 2008-2009. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou-se das prerrogativas definidas no RTT. Considerando que uma nova legislação que discipline os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis ainda não foi promulgada, a Companhia continua se utilizando das prerrogativas do RTT no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

De acordo com a Lei nº. 11.941/09 artigo 15º, inciso IV, § 3º, observado o prazo estabelecido no § 1º deste artigo, o RTT será obrigatório a partir do ano-calendário de 2010, inclusive para a apuração do imposto sobre a renda com base no lucro presumido ou arbitrado, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), da Contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

**3 Gestão de risco financeiro**

**3.1 Considerações gerais**

A Companhia opera com instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos. A gestão de riscos segue políticas aprovadas pela Diretoria. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento.

**4 Partes relacionadas**

	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
CNO	53.890	91.460		
Companhia de Obras e Infra Estrutura (“COI”)			50.919	93.470
Odebrecht Engenharia e Construção S.A. (“OEC”)			974	974
Outros			521	
	<b>53.890</b>	<b>91.460</b>	<b>52.414</b>	<b>94.444</b>

**5 Investimentos**

**(i) Composição**

O saldo da rubrica investimento em sociedade controlada está representado pelo investimento na COI, avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o investimento possui a seguinte composição:

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 22 de maio a 31 de dezembro de 2009
<b>Despesas operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(44)	
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(44)</b>	
<b>Resultado das participações societárias</b>		
Equivalência patrimonial (Nota 5 (ii))	16.624	3.595
<b>Resultado financeiro</b>		
Resultado financeiro, líquido	(8)	(10)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>16.572</b>	<b>3.585</b>
Lucro líquido por por ação do capital social das operações continuadas no fim do exercício - R\$	8,282	1,792

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Em milhares de reais

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Período de 22 de maio a 31 de dezembro de 2009
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	16.572	3.585
<b>Ajustes:</b>		
Resultado de participações societárias	(16.624)	(3.595)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(52)</b>	<b>(10)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições ao investimento		(975)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b></b>	<b>(975)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	2.000	1
Partes relacionadas	(3.939)	2.984
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(1.939)</b>	<b>2.985</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(1.991)</b>	<b>2.000</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período</b>	<b>2.000</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / período</b>	<b>9</b>	<b>2.000</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Quantidade de ações possuídas	Participação direta	Patrimônio líquido		Lucro do exercício	
		2010	2009	2010	2009
999.999	100%	16.203	4.570	16.625	3.595
<b>(ii) Movimentação</b>					
	No início do Exercício	Ajustes de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Dividendos Recebidos	No final do exercício
COI	4.570	(314)	16.625	(4.156)	(522)
Total 2010	4.570	(314)	16.625	(4.156)	(522)
Total 2009		975	3.595		4.570

**6 Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 2.001 (31 de dezembro de 2009 R\$ 1), subscrito e totalmente integralizado pelos sócios, representado por 2.001.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

**(b) Dividendos**

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação brasileira. Em 31 de dezembro de 2010, foi proposta distribuição de dividendos no montante de R\$ 4.043 (2009 – R\$ 896).

**(c) Apropriações do lucro**

De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas não serão determinadas como descrito abaixo, sendo que o saldo remanescente após essas apropriações e a distribuição de dividendos, terá a aplicação que decidir a Assembleia Geral dos Acionistas.

**(i) Reserva legal**

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o máximo de 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social.

**(ii) Reserva para realização de investimentos (estatutária)**

É constituída mediante apropriação de até 75% do lucro líquido do exercício ajustado após a constituição da reserva legal, até que, juntamente com a reserva legal, alcance 100% do capital social.

**(iii) Reserva para futuro aumento de capital**

A administração da Companhia aprovou a constituição dessa reserva, no montante de R\$ 13.217, excedente da destinação do resultado dos exercícios de 2010 e de 2009, após a distribuição dos dividendos, e das constituições da reserva legal e de investimentos, em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. A proposta dessa reserva é de aumentar o capital social para se compatibilizar com o volume de negócios e investimentos previstos para a Companhia nos próximos anos.

**7 Adoção dos CPCs pela primeira vez**

**7.1 Base da transição**

**7.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43**

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 na preparação destas demonstrações financeiras.

Considerando que a Companhia foi constituída em 22 de maio de 2009, não são aplicáveis considerações sobre balanços de abertura em 1º de janeiro de 2009.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, foram aplicadas as exceções obrigatórias. Não houve aplicação de isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva, visto que a aplicação dos CPCs 37 e 43 não provocou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

**DIRETORIA**

Adriano Chaves Jucá Rolim - Diretor • Luiz Antonio Mameri - Diretor • Jayme Gomes da Fonseca Junior - Diretor • Paulo Oliveira Lacerda de Melo - Diretor